

A QUEDA DE UM PRESIDENTE: EFEITOS DE SENTIDO SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DO EX-PRESIDENTE FERNANDO COLLOR DE MELLO NO JORNAL O GLOBO

Alexandre Sebastião Ferrari Soares¹

Ivan Cordeiro dos Santos²

Agnes Oliveira Krieger³

RESUMO: Este artigo trata do funcionamento do discurso jornalístico e da produção de sentidos sobre o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso pecheutiana, objetivamos analisar os sentidos veiculados pelo jornal O Globo, entre 29 de setembro e 30 de dezembro de 1992. Assim, pretendemos responder como o discurso jornalístico construiu e significou o processo de impedimento do ex-presidente e como aconteceu a sua (des)legitimação por meio desses sentidos, considerando as condições de produção. Por fim, foi possível perceber como a discursivização e as formações imaginárias ao redor de Collor, circuladas pelo jornal O Globo, deslocavam o presidente de uma posição para outra, de caçador de marajás para marajá.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso Pecheutiana. Fernando Collor. Impeachment.

THE FALL OF A PRESIDENT: MEANING EFFECTS ON THE IMPEACHMENT PROCESS OF FORMER PRESIDENT FERNANDO COLLOR DE MELLO IN THE NEWSPAPER O GLOBO

ABSTRACT: This article deals with the functioning of the journalistic discourse and the production of meanings about the impeachment of the former president Fernando Collor de Mello. Based on the theoretical-methodological assumptions of the Pecheutian Discourse Analysis, we aim to analyze the meanings conveyed by the newspaper O Globo between September 29 and December 30, 1992. Thus, we intend to answer how the journalistic discourse constructed and signified the impeachment process of the former president and how his (de)legitimation occurred through these meanings, considering the production conditions. Finally, it was possible to perceive how the discursivization and the imaginary

1 Doutorado em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista produtividade CNPq, docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: asferraris1901@gmail.com

2 Mestrando no Programa de Pós-graduação Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: ivan-cordeirodosantos123@gmail.com

3 Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: agneskrieger@hotmail.com

formations around Collor, circulated by the newspaper O Globo, moved the president from one position to another, from corrupt hunter to corrupt himself.

KEYWORDS: Pecheutian Discourse Analysis. Fernando Collor. Impeachment.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar os sentidos postos em circulação pelo jornal O Globo a respeito do processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Por meio da análise, pode-se compreender, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso pecheutiana (doravante AD), o funcionamento discursivo presente nos textos jornalísticos veiculados entre 29 de setembro e 30 de dezembro de 1992, pelo jornal, sobre o processo de impedimento do ex-presidente.

A escolha pelo jornal O Globo como corpus discursivo ocorreu pelo fato desse jornal ser uma imprensa de referência de grande circulação nacional. Posto isso, por imprensa de referência entendemos “que o jornal exerce uma função social e política não apenas porque seu poder discursivo atua na emissão de opiniões, mas também porque serve na mediação de opiniões” (MARIANI, 1996, p. 59). Isso significa, em termos de circulação, pensar na importância desse meio para os sentidos sobre o que o jornal faz referência, além das memórias que se inscrevem nos discursos a partir daquilo que circula como efeito de verdade.

Para a organização desta pesquisa, a coleta de matérias publicadas pelo jornal ocorreu a partir de buscas realizadas no arquivo on-line disponível para os leitores (assinantes ou não) sobre o processo de impedimento de Collor; foram 920 matérias selecionadas por meio das palavras-chave: Collor, presidente, impeachment e golpe. Em seguida, tomando como critério a produção de sentidos sobre as posições-sujeito que Collor assume durante o processo de impeachment (presidente afastado, caçador

de marajás – e de votos – e cidadão comum), selecionamos uma matéria por quinzena, publicada no período mencionado – totalizando sete matérias. Em seguida, dessas matérias foram selecionadas três sequências discursivas⁴ (doravante SD) representativas das posições postas em circulação, regularmente, sobre o ex-presidente, para compreender o funcionamento das Formações Discursivas e das Formações Imaginárias presentes ao longo do processo de impedimento, desde o afastamento até a renúncia, por considerarmos estes como acontecimentos discursivos.

Essa concepção se baseia no que Pêcheux e Fuchs (1990, p. 17) propõem como acontecimento discursivo, o qual ocorre “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Assim, é por meio desse acontecimento que é possível existir o acontecimento histórico, sendo considerado como uma relação entre o evento e a maneira que foi significado e posto em circulação, compreendendo este como o recorte de um fato que se constrói por meio daquele.

Acreditamos, então, que a esta pesquisa interessa estudar a discursivização do processo de impeachment ocorrido, respondendo às perguntas que nos guiarão ao longo deste trabalho, que são: a. Como o discurso jornalístico construiu e significou o processo de impeachment do ex-presidente Collor? b. Quais efeitos de sentido estão presentes no jornal ao colocar em circulação o processo de impedimento? c. Como aconteceu a legitimação ou a desqualificação do processo por meio dos sentidos postos em circulação pelo jornal O Globo?.

Assim, será possível fornecer métodos

⁴ Para Mariani (1998, p. 53), “a noção de sequência discursiva, definida por Courtine (1981:25) c

para ir além de um entendimento superficial dos dizeres postos em circulação por essa imprensa de referência. Ainda, considerando que vivemos em uma dinâmica social midiática, em que mídia e política estão estreitamente ligadas, posto que, por meio das grandes redes de comunicação, a sociedade, de uma forma geral, tem contato com o que acontece no mundo, é preciso salientar que o “discurso jornalístico tem como característica atuar na institucionalização social de sentidos” (MARIANI, 1996, p.64). Isso porque produz, como já mencionado, efeitos de sentido de verdade, como se tudo o que colocasse em circulação não pudesse ter outra interpretação além da apresentada pelo respectivo jornal.

Tendo em vista sua ampla divulgação e circulação, o processo de eleição de Collor, bem como seu impedimento, configuram fatos importantes, no Brasil, e são considerados acontecimentos jornalísticos. Afinal, um “acontecimento para o jornalismo ou um acontecimento para a grande mídia, considerados relevantes pela própria imprensa” (DELA-SILVA, 2008, p. 16) representa uma prática discursiva do próprio jornal que, ao selecionar determinados recortes da realidade, produz diversos efeitos de sentido sobre determinado acontecimento.

Por fim, é elementar que seja compreendido esse processo de construção de sentidos ressaltando a força da opinião popular dentro de um sistema de governo democrático. Observando a produção de sentidos pela mídia ao excluir ou incorporar certos dizeres ao noticiar, acreditamos ser indispensável pensar como se produzem os sentidos nos discursos jornalísticos, uma vez

omo ‘sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase’, é fluida o suficiente para viabilizar a depressão das formulações discursivas (fds), ou seja, de sequências linguísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso)”.

que, para a AD, a língua é efeito de sentido entre interlocutores, enquanto a mídia é um aparelho ideológico. Afinal, “comunicar não é uma inocente transmissão de saberes, mas a ação do homem sobre o homem” (SOARES, 2007, p. 181), isto é, fala-se a partir de uma autoridade constituída (e reconhecida) e se produz efeitos de sentidos (de verdades) sobre os fatos relatados.

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO IMPEACHMENT

Não é possível analisar o discurso como um texto fechado e independente da exterioridade, por isso, é necessário considerar as possibilidades definidas pelas condições de produção. Logo, é fundamental apreender quem são os sujeitos envolvidos na situação, assim como qual o momento presente em que o discurso está sendo/foi produzido, em nosso caso, o impedimento do ex-presidente Collor.

Para discutir os aspectos relacionados às condições de produção, partiremos, em um primeiro momento, do que afirma Orlandi (2015), sobre contexto imediato e contexto amplo. Assim, aquele se refere aos aspectos que envolvem o momento da enunciação, ou seja, relaciona-se às materialidades que são exteriores ao discurso em si. Nesta pesquisa, consideramos que as notícias publicadas no jornal O Globo, que tiveram alcance nacional, e o período que configura o processo de impedimento, desde o seu início até o impeachment, são parte do contexto imediato. Já o contexto amplo, ainda segundo Orlandi, é como a sociedade se organiza e a sua história, aquilo “que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade” (ORLANDI, 2015, p. 29): os papéis designados para um presidente, o que se espera de Collor na posição de presidente e a relação da sociedade com a corrupção. Para

esta pesquisa, então, foi fundamental observar a trajetória política de Collor, as denominações⁵ que circularam sobre ele durante essa trajetória e os efeitos de sentidos que o significaram antes e durante o processo de impeachment.

A princípio, Fernando Collor de Mello, como nos apresenta Almeida (2013), teve sua imagem fortemente vinculada à “caçada de marajás” já em seu governo em Alagoas, o qual foi pautado em promessas de combate ao nepotismo e à corrupção de funcionários públicos, assim como frequentes ataques ao governo do então presidente José Sarney, detentor de altos índices de impopularidade, pois não conseguiu combater a crise econômica que assolava o país na década de 80. Isso determinou a prosperidade de Fernando Collor: “foi a capacidade que teve o candidato de expor publicamente uma imagem compatível com as aspirações dos eleitores” (MELO, 1992, p. 12).

Embora a redemocratização do Brasil tenha se iniciado em 1984, as eleições em 1985 ainda aconteceram de forma indireta. Desse modo, como discutem Rubim e Azevedo (1998), as eleições presidenciais de 1989, além de marcarem a volta da democracia, o voto direto e a escolha de um candidato à presidência após vinte e um anos de Ditadura Militar (1964-1985) e um mandato interino de José Sarney (1985-1989), também se destacaram pelo seu aspecto midiático, tendo em vista a união significativa entre mídia e política, posto que as eleições agora assumiam um aspecto, de fato, público, logo, a mídia atuava como mediadora entre política e sociedade. A midiaticização, por exemplo, das campanhas políticas, bem como dos debates entre os candidatos à presidência, proporcionava uma aproximação da população

5 Segundo Ferrari e Medeiros (2011), denominar não se restringe a reproduzir nomes, mas, de fato, a um processo discursivo que produz sentidos e sítios de significância.

com o processo eleitoral, ao mesmo tempo em que os meios jornalísticos colocavam em circulação efeitos de institucionalização da verdade.

A primeira eleição direta em 25 anos contava com vinte e dois candidatos, com destaque para Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva. A imagem de Collor, ou seja, a formação imaginária posta em circulação sobre ele, foi construída a partir de sentidos em torno de uma figura forte, corajosa e heroica, que renovaria a política e acabaria com a corrupção. Esse foi o aspecto central do sucesso de sua campanha, além de ir ao encontro das demandas dos eleitores à época (LIMA, 2002, p. 67).

Collor assumiu a presidência em 15 de março de 1990 e, como afirma Lamounier (1991), no dia seguinte à sua posse, o então presidente já anunciava vinte e duas medidas de um novo plano econômico, o Plano Brasil Novo, também conhecido como Plano Collor, o quarto desde 1986, que tinha como principal objetivo brejar a inflação de 84% ao mês⁶.

A medida mais radical do plano foi o bloqueio bancário, pelo período de 18 meses, de valores acima de 50 mil cruzados novos, incluindo cadernetas de poupança, contas correntes e aplicações financeiras, como o overnight (fundo de investimento de curtíssimo prazo que gerava correção monetária diária). Com isso, estima-se que o governo tenha confiscado o equivalente a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) (LIMA, 2002). A seguir, podemos observar como circularam essas medidas no jornal O Globo:

SD1. O legislativo reagiu com perplexidade diante do novo plano. As lideranças políticas

6 Em 1985, o índice de inflação (medido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de aproximadamente 242,23%. Nos anos subsequentes, a inflação manteve-se em patamares elevados, atingindo seu pico, em 1989, quando o índice de inflação alcançou aproximadamente 1.764,92%.

foram cautelosas evitando analisar as mudanças. O Líder do PDS, Amaral Netto, admitiu rever seu apoio a Collor, já o socialista João Hermann achou que as medidas “podem dar bons resultados”. (CONGRESSO reage com perplexidade, 1990, p. 1)

Mesmo que, anteriormente, Collor fosse discursivizado como um líder decidido, as matérias a respeito das medidas do Plano Collor não apresentavam total credibilidade, como é possível verificar acima. Afinal, o legislativo reage com perplexidade, as lideranças políticas evitaram analisar as mudanças (produzindo um sítio de significância nessa recusa) e o líder do Partido Democrático Social (PSD), partido governista e majoritário nas duas casas do Congresso Nacional – Câmara e Senado – afirma a revisão do apoio a Collor.

Na SD1, apenas o “socialista” considerou o Plano possível de bons resultados. Não é à toa que ele tenha sido o único a achar as medidas plausíveis, principalmente, ao se retomar os dizeres que recém haviam circulado no país, durante o Governo Vargas e a Ditadura Militar, sobre os ideais socialistas e quem eram os sujeitos que se filiavam a essa posição político-partidária. Enquanto o restante do legislativo reagia de modo negativo às mudanças que Collor propunha, João Hermann colocava-se em outro lugar, produzindo o efeito de sentido de que, como socialista, não se esperaria outro comportamento – que não o favorável a uma medida extrema.

Os lugares em que a imagem de Collor circulava como o “caçador de marajás” agora concediam lugar ao choque produzido por suas medidas econômicas. O Plano Collor foi ineficaz em controlar a inflação e tornou-se impopular. “Num cenário de crescimento do desemprego e de rebaixamento da renda salarial, a taxa de crescimento do PIB foi negativa em 1990, atingindo o elevado índi-

ce de - 4,4%” (BOITO JR., 2005, p. 160), logo, muitos comerciantes, sem dinheiro para realizar pagamentos, faliram, causando aumento do desemprego.

Em 31 de janeiro de 1991, foi anunciado o Plano Collor II, mais uma tentativa ineficaz de controlar a inflação e estimular a fragilizada indústria nacional. Com mais de um ano de governo, numa conjuntura marcada pela hiperinflação e pela crise econômica, Collor ficou isolado da classe política e perdeu a confiança da população: “à medida que o apoio popular ao presidente diminuiu, o Congresso começa a vetar suas iniciativas políticas” (SOUZA, 2000, p. 145).

Na edição de 27 de maio de 1992, da revista *Veja*, foi publicada uma entrevista com Pedro Collor, irmão do então presidente, sob o título de “Pedro Collor conta tudo”. Nesta entrevista, Pedro Collor afirmava que Paulo Cesar Farias (PC Farias), tesoureiro de campanha do presidente, estaria envolvido em diversos esquemas de corrupção, juntamente com Collor. A denúncia motivou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 26 de maio de 1992.

A grande mídia noticiava diariamente a ingovernabilidade de Collor, do qual se esperava a renúncia. Sob a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), manifestantes foram às ruas de todo o país pedindo o impeachment de Collor. Essa mobilização da sociedade junto à perda de capital político foi fundamental para a decisão do parlamento, que, mesmo com receio de que o impeachment acarretasse uma crise institucional, decretou, em 29 de setembro, que Collor seria afastado por 180 dias do cargo, assim como a abertura do processo de impeachment.

SD2. Desde 15 de março de 1990, quando Fernando Affonso Collor de Mello subiu a rampa do Palácio do Planalto como o mais jovem presidente da História do Brasil, até o dia de seu afastamento do cargo, abandonado num emaranhado de acusações de corrupção, o país conviveu com um homem extremamente vaidoso, temperamental e cheio de manias – embora o próprio Collor procurasse dissimular esses traços de sua personalidade. (E ele ficou só, 1992, p. 13)

Na SD2, recortada da matéria E ele ficou só, publicada um dia após o afastamento do presidente e a abertura do processo de impeachment, observamos uma série de apontamentos referentes aos comportamentos de Collor, que, segundo o jornal, ele mesmo tentava esconder, já que não se espera de um presidente que foi eleito com um discurso de combate à corrupção que seja dissimulado. Ao apresentar a data de posse e que, desde então, o país foi obrigado a conviver com as características do presidente afastado, produz o efeito de sentido de que Collor teria apresentado esse comportamento quando ocupou o cargo de presidente, logo, suas atitudes se opunham ao que circulou nas suas campanhas eleitorais: “a boa aparência não conseguia esconder uma atitude arrogante, própria de uma fase anterior da política brasileira” (SKIDMORE, 2000, p. 35).

Apesar de ter renunciado às vésperas da aprovação do Senado, Collor não evitou o julgamento, e, no dia 30 de dezembro, a “quase totalidade de senadores que, depois de sua renúncia, votou pelo impeachment do Presidente da República e pela cassação de seus direitos políticos por oito anos” (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011, n. p.), deixando para seu vice, Itamar Franco⁷, o cargo de

presidente. Quando essa outra figura, ocupando o cargo de presidente, foi posta em circulação pelo jornal O Globo, foi possível observar os efeitos de sentido criados a respeito de seu antecessor.

SD3. Ao assumir ontem a presidência da República, Itamar Franco garantiu que “a nação pode estar certa de que não haverá corruptos” em seu Governo, numa clara alusão à administração de Collor. Emocionado diante das muitas pessoas que formaram uma fila para cumprimentá-lo, Itamar disse que pedia a Deus bondade, inteligência e humildade para exercer o cargo. (ITAMAR: governo não terá corruptos, 1992, p. 9)

Ao enunciar sobre como pretende governar e evidenciar que, em seu governo, não haverá corruptos, Itamar Franco se filia a uma determinada formação discursiva que acredita que os governantes que o antecederam permitiam corruptos em suas administrações, no caso, segundo o que o próprio jornal põe em circulação, o presidente se refere à administração de Collor – apagando o seu envolvimento nessa administração, visto que era o vice-presidente. O Globo, ao produzir esses efeitos de sentido a respeito de Fernando Collor e Itamar Franco, filia-se a uma formação discursiva de que Collor não possuía a mesma personalidade daquela apresentada em suas campanhas, pois, ao gozar desses luxos, contraria suas afirmações e propostas sobre cortar gastos, criando, assim, uma legitimação do processo de

para o Partido Liberal (PL). Candidatou-se ao governo de Minas Gerais pela Coligação Movimento Democrático Progressista, mas foi derrotado. Mais tarde, em 1989, concorreu à vice-presidência na chapa de Fernando Collor de Melo, ambos pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), venceram a eleição no segundo turno. Com a destituição definitiva de Fernando Collor, assumiu a presidência da República, contando com amplo apoio partidário, visando preservar a ordem democrática e enfrentar os severos desafios econômicos.

7 Segundo o livro Os presidentes e a República (2012), Itamar Franco ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e exerceu dois mandatos como prefeito de Juiz de Fora. Em 1986, devido a desentendimentos com o PMDB de Minas Gerais, migrou

impedimento, mesmo que não de forma direta e presente na superfície do texto. A corrupção não é uma coisa boa para a nação e um político que diverge suas ações das suas promessas eleitorais não cumpre o que se espera, imaginariamente, de um bom presidente.

OS EFEITOS DE SENTIDO PRODUZIDOS PELO JORNAL O GLOBO

Após discorrer sobre as condições de produção do impeachment de Collor, considerando que, de acordo com a AD, também produzem efeitos de sentidos, voltar-nos-emos aos efeitos que circularam sobre esse processo no discurso jornalístico, no jornal O Globo. Para tanto, é importante descrever alguns conceitos e funcionamentos discursivos para analisar aquilo que o jornal colocou em circulação sobre o processo de impedimento. Como pontua Petri (2013), não há uma determinação por onde se inicia o movimento pendular que o analista de discurso realiza em seu trabalho, ele pode ou não ter início na teoria.

Às vezes, o movimento pendular tem início no contato do analista com seu objeto de análise, isso se dá na fase inicial da análise ou em fases bem adiantadas do processo. Talvez possamos dizer que é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o corpus, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise. (PETRI, 2013, p. 42)

Nesse movimento de ir e vir ao qual a autora se refere, as Formações Imaginárias e Discursivas foram pontos centrais para compreender os efeitos de sentidos postos em circulação pelo jornal. Afinal, na produção do discurso, cabe à Formação Discursiva (FD) determinar os sentidos que as palavras têm

em um enunciado, uma vez que os sujeitos e as instituições jornalísticas, por exemplo, filiam-se às FDs para produzir seus sentidos. Se as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, como pontua Orlandi (2015), os sentidos não estão colados nas palavras, mas são determinados pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico em que elas são produzidas.

Assim, no discurso jornalístico, ao discursivizar Collor durante seu mandato, representa-se a posição sujeito ocupada por ele, a qual altera ideologicamente o discurso veiculado pelo jornal, pois a figura de Collor não pode ser desvinculada do imaginário que se tem de um presidente afastado. Vale destacar que esses efeitos de sentidos entre os sujeitos são apenas projeções e não lugares empíricos. Essas imagens “não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções” (ORLANDI, 2015, p. 40).

A respeito de Formações Imaginárias, a partir das discussões propostas por Orlandi (2015), compreendemos que são imaginários predefinidos que os sujeitos fazem em relação aos lugares ocupados pelo outro e por si e que não necessariamente se referem a uma realidade física, mas sim, a projeções resultantes de determinada conjuntura social e histórica, que estabelecem como se relacionam dentro do que se prevê em seus papéis sociais. Desse modo, não é a realidade física propriamente dita, mas a projeção que o sujeito possui dela.

O sujeito, então, produz sentido conforme o lugar⁸ que ocupa: um jornalista e

8 Para Pêcheux (2014b), o lugar está relacionado ao modo de produção capitalista, o qual separa os sujeitos em lugares, especialmente aqueles que garantem a manutenção do sistema e da força de trabalho, por exemplo, professores.

um presidente, ao enunciarem a mesma coisa, produzem diferentes sentidos. Afinal, levando em conta o contexto sócio-histórico, esses lugares se projetam em nossa formação social e influenciam a maneira como um discurso significa. Por outro lado, o presidente caçador de marajás, ao ocupar essa posição⁹, significa de maneiras diferentes em uma sociedade desgastada pela corrupção e em uma sociedade livre dessa prática. Logo, é por meio da estrutura social e da filiação ideológica que as Formações Imaginárias são formadas.

Nesse ponto, pode-se perceber que se aproximam das Formações Discursivas, posto que, conforme Pêcheux (2014a, p. 161) pontua, são “espaço de reformulação-paráfrase” no qual há a ilusão de que “cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer”, isso porque “o discurso de cada um reproduz o discurso do outro”. Assim, considera-se que o sentido não é evidente, óbvio, transparente, uma vez que a linguagem não é um código a ser decodificado, mas processos a partir de identificação de sujeitos e de construção dos sentidos, múltiplos e variados, que se alteram de acordo com as condições sociais e históricas em que esses sujeitos estão inseridos.

Essa mudança de sentido das palavras a depender das posições ocupadas pelos sujeitos só é possível em relação às Formações Ideológicas em que se inscrevem e, conseqüentemente, às FDs a que se filiam. Afinal, esta é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014a, p. 147, grifos do autor).

9 Já a posição ocupada pelos sujeitos, ainda segundo Pêcheux (2014b), relaciona-se às condições de produção, à ideologia e às conjunturas institucionais, como um professor de escola privada e um professor de escola pública.

Sobre o funcionamento do discurso jornalístico, Orlandi (2003) afirma que a instituição jornalística funciona como um aparelho pedagógico. De acordo com a autora, essa modalidade de discurso “aparece como algo que se deve saber” (ORLANDI, 2003, p. 17), ou seja, um dizer autoritário, que indica um domínio sobre determinados discursos que devem ser absorvidos como se os fatos falassem por si, como se a língua fosse transparente e o jornal apenas fosse exclusivamente um meio de comunicação.

A partir disso, Mariani (1998) ressalta o funcionamento do discurso jornalístico a partir dos mitos (verdade, neutralidade, imparcialidade e objetividade) construídos pelos próprios meios de comunicação e sobre um lugar privilegiado que pensam/dizem ocupar: fora do ideológico. Segundo a autora:

Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. (MARIANI, 1998, p. 64, grifos da autora)

Assim, é possível observar como vai se constituindo um imaginário sobre o funcionamento do discurso jornalístico: os efeitos de verdade e completude criam a ilusão de que os meios de comunicação funcionam apenas como mediadores entre o mundo e o leitor. O discurso sobre é uma modalidade do discurso jornalístico que toma o referente como objeto, que fala sobre o mundo como se relatasse fatos, logo, que ocupa um lugar privilegiado fora do ideológico: seus efeitos reforçam os mitos do discurso jornalístico.

A exemplo disso, o jornal O Globo, em uma campanha, vende-se como se estivesse comprometido com os fatos e com a ver-

dade, negando a existência de opinião em suas matérias, a fim de reforçar os efeitos do discurso sobre: “A notícia no Globo nunca é opinião. Mas a opinião do Globo é sempre notícia” (UM jornal de opinião, 1988, p. 14). Aqui, O Globo afirma que não emite opiniões. Afinal, opinar é expor o que pensa, é julgar e se posicionar. Um jornal sério não opina, mas apresenta fatos. Quando opina, é notícia. Logo, noticiar é o mesmo que dizer que os fatos falam por si. O jornal faz mais, ele entrega ao seu leitor a notícia já interpretada, naturalizando os sentidos, como se o sentido só pudesse ser aquele e nenhum outro. Eis o funcionamento da ideologia: naturalizar os sentidos como se às palavras, colassem significados. Considera-se que

O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretense domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. [...] Fica apagado para o leitor o fato de ter havido uma seleção das notícias (a pauta), ficando igualmente apagado que as manchetes também resultam de tomadas de decisão realizadas pelos editores e assim por diante. (MARIANI, 2006, p. 34)

Como já dissemos, o discurso jornalístico, com base em um pretense domínio da referencialidade, vai construindo sentidos sobre o seu referente. Esses sentidos vão se naturalizando como se o jornal apenas informasse os acontecimentos, como se essas informações fossem fruto de uma abordagem desinteressada. São efeitos provenientes do apagamento de uma série de funcionamentos presentes na construção do texto jornalístico, tais como: os seus interesses econômicos, a sua posição política e ideológica, as suas filiações discursivas. Assim, é possível observar na SD4, uma série desses funcionamentos próprios do discurso jornalístico.

SD4. Impaciência, repetição de cálculos e estratégias políticas, e o corre-corre atrás de parlamentares marcaram o dia do presidente Collor ontem no Palácio do Planalto, sem despachos administrativos, assinatura de atos ou projetos de interesse do país, o presidente ficou mais um dia caçando votos para barrar a aprovação do pedido de impeachment hoje, na Câmara dos Deputados. (NA reta final da votação Collor vira caçador de votos, 1992, p. 7)

O jornal, ao se referir a Collor como “caçador de votos”, produz um deslocamento da imagem do então presidente, que outra circulava nas páginas desse mesmo jornal, como “caçador de marajás”. Collor vai de “voz dos oprimidos” e daquele que “colocaria o país em ordem” ao que tenta se livrar de um processo de corrupção, preocupado em conseguir os votos para barrar o pedido de impeachment. Como contraponto, podemos observar a SD5 posta em circulação pelo jornal em uma matéria intitulada Collor suspende pagamento dos marajás, publicada em 23 de março de 1991.

SD5. O Presidente Collor determinou a suspensão imediata do pagamento de 315 aposentados da Previdência que recebem pensões superiores a 50 salários-mínimos. Indignado com a denúncia apresentada na quinta-feira pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDM-PE), Collor decidiu submeter a lista à Procuradoria Geral da República, que ficará encarregada de reverter e anular as decisões judiciais que garantiram pensões de até Cr\$ 14 milhões. Num bilhete que mandou ao Porta-Voz Cláudio Humberto, Collor disse que está reabrindo a temporada de caça aos marajás. (COLLOR suspende pagamento dos marajás da Previdência, 1991, p. 2)

As denominações Caçador de marajás e Caçador de votos também significam o Grupo Globo (o jornal, a TV, a editora, o sistema de rádio, a Fundação Roberto Marinho) que se desfilia de uma FD e se filia a outra.

Não há como esquecer do episódio ocorrido em 1989, referente ao último debate entre Lula e Collor transmitido na íntegra, à época, pelas principais emissoras de televisão do país. No dia seguinte, a Rede Globo apresentou duas matérias desse último debate: uma no Jornal Hoje e outra no Jornal Nacional. Ambas foram questionadas. A primeira por apresentar um equilíbrio (inexistente) entre os candidatos e a segunda, por privilegiar o desempenho de Collor. A Globo favoreceu o candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) tanto na seleção dos momentos como no tempo dado a cada candidato, já que Fernando Collor teve um minuto e meio a mais do que o adversário.

Segundo Mariani (1998, p. 14), “se o famoso ‘voto de cabresto’ era responsável, no passado, pelo resultado de muitas eleições, à mídia, atualmente, cabe o papel de eleger presidentes e mantê-los ou não no poder”. Esse poder da mídia na sociedade contemporânea não se refere apenas ao contexto político-eleitoral, pois, segundo Payer (2005),

Tudo indica que um novo texto vem adquirindo o valor de Texto fundamental na sociedade contemporânea: um texto cujo poder de interpelação sobre os indivíduos vem se equiparando àquele que o Texto sagrado ocupa na ordem religiosa, na Idade Média, e que o Texto da lei jurídica ocupa na ordem do Estado Moderno. Este grande texto da atualidade, no meu modo de entender, consiste na Mídia, daquilo que está na mídia, em seu sentido amplo, e em especial no marketing, na publicidade (PAYER, 2005, p. 16, grifos da autora).

Compreendemos texto como a forma material do discurso, como propõe Orlandi (1996), como lugar material em que a relação entre língua e ideologia produz seus efeitos, uma vez que, conforme a autora, “a ordem do discurso se materializa na estruturação

do texto” (ORLANDI, 1996, p. 60). Assim, é “o lugar da relação com a representação física da linguagem, onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho, material bruto, mas é sobretudo espaço significante”.

ANÁLISE DO CORPUS

Passamos às análises das sequências discursivas selecionadas a partir dos critérios elencados acima. Pensamos a análise a partir de três momentos discursivizados no jornal durante o processo de impeachment de Collor: o seu afastamento do cargo presidencial, a votação do pedido de impedimento e a sua renúncia.

SD6. Além da preocupação em escolher ministros e elaborar um programa mínimo de Governo, o presidente Itamar Franco se depara com um novo problema: o que fazer com o que seus assessores chamam de “entulho collorido”? São dois pomposos carros – o Lincoln e um Mercedes Benz – e, entre outras coisas instaladas no Palácio da Alvorada, há uma sofisticada academia e uma sala de jogos. O presidente e seus assessores não sabem que uso dar ao aposento anexo ao gabinete presidencial, mobiliado com cama. Desde que decidiu morar na casa da Dinda, Collor reservou o Alvorada como local de lazer. (ENTULHO collorido é o novo problema, 1992, p. 4)

Para pensar o momento de afastamento de Collor da presidência, considera-se que, embora, durante a campanha eleitoral, a sua figura tenha circulado como aquele que mudaria a maneira de fazer política, uma figura idônea que caçaria corruptos, a SD6, recortada da matéria intitulada Entulho collorido, apresenta-nos outros sentidos postos em circulação pelo jornal O Globo. Sentidos esses que se opõem às formações discursivas e imaginárias recorrentes nas páginas desse mesmo jornal quando da campanha presidencial ou quando da divulgação do seu governo do Estado de Alagoas,

observáveis na SD7.

SD7. Em alguns Estados, os “marajás” multiplicaram-se com maior velocidade. Alagoas, por exemplo, tornou-se o paraíso desses privilegiados cidadãos. O Governador Fernando Collor declarou-lhes guerra, mas ainda não conseguiu extirpá-los da máquina administrativa estadual. (PARA agonia do governo, ‘marajás’ se multiplicam, 1987, p. 14)

Na SD6, são apresentados os problemas como procedentes da maneira como o presidente vivia: entre o luxo e o lazer. Ao relacionar Fernando Collor e a transformação do Palácio da Alvorada em uma sala de jogos, o jornal produz sítios de significância em torno dessa relação, do imaginário sobre a vida que ele levava: luxo e lazer vão significando o seu tempo na presidência da República como um tempo de futilidade, de desperdício, de pouco cuidado com a coisa pública. Além disso, essa relação vai também produzindo sítios de significância sobre a Formação Imaginária do que é e do que deveria ser um presidente da República, bem como ressignifica a imagem de Itamar Franco em oposição à imagem de Collor. Tudo que diz respeito a Collor vai sendo ressignificado na nova filiação discursiva do jornal O Globo sobre Collor e a sua gestão na presidência.

O jornal vai produzindo equações linguísticas sobre Collor e Itamar: aquele não passa de um entulho colorido, este está focado na escolha de ministros. Enquanto aquele se preocupou com luxo e lazer, este e seus assessores não sabem que fim dar ao aposento anexo ao gabinete presidencial. Enquanto aquele transformou o Palácio da Alvorada em sala de jogos, este se preocupa com a elaboração de um programa mínimo de governo. Aquele tem dois pomposos carros, uma sofisticada academia, uma cama anexa ao gabinete presidencial, enquanto este se depara com um novo problema: o

que fazer com todo esse entulho?

O Globo, ao criar esses sentidos a respeito de Fernando Collor e Itamar Franco, filia-se a uma FD de que Collor não correspondia àquela personalidade presente em suas campanhas, pois, ao gozar desses luxos, contradiz-se, criando, assim, uma legitimação do processo de impedimento.

A denominação *collorido*, em *Entulho collorido*, título da matéria publicada pelo jornal, recupera uma memória da campanha eleitoral do candidato, que modificava a grafia do seu sobrenome Collor com as cores verde e amarela em referência às cores da bandeira brasileira: para, entre outros efeitos, ressaltar a pátria, o amor à pátria, a brasilidade, o patriotismo, a reconstrução nacional (não é à toa que Collor saiu candidato pelo PRN).

SD8. Assim que foi proclamado o resultado da votação no plenário do Senado, o presidente afastado Fernando Collor ligou para os senadores Ney Maranhão (PRN-PE), Lucídio Portella (PDS-PI) e Áureo Melo (PRN-AM), para agradecer os únicos votos recebidos e dizer que estava muito emocionado com a coragem dos “três mosqueteiros”. Diante da derrota massacrante, Ney Maranhão disse que Collor não se abateu, que estava forte e, falando firme, pediu para que tivesse fé, que continuassem de cabeça erguida e que acreditassem na vitória final. Na conversa com os três senadores, Collor deixou claro que não pretende renunciar. (COLLOR agradece votos dos ‘três mosqueteiros’, 1992, p. 3)

Ao publicar a matéria a respeito da votação em que Collor obteve apenas três votos, o jornal coloca em circulação Formações Imaginárias a respeito dele: uma que vai ao encontro do que já foi posto, isto é, sua falta de apoio, pois o seu impedimento é praticamente certo, e que não há quem esteja disposto a defendê-lo, bem como senadores determinados a votar a seu favor; e outra que retoma a memória da figura heroica e

salvadora da qual Collor se travestiu ao ser considerado herói por seus três apoiadores, Os três mosqueteiros, clássico de Alexandre Dumas, publicado em 1844, que tinha por lema: “um por todos e todos por um”. Afinal, mesmo ao travar um jogo perdido, não teve medo da guerra, produzindo a imagem de homens valorosos e ousados, em razão de se revoltarem contra a maioria. Além disso, ao afirmar que não renunciaria, coloca em circulação sua coragem perante o julgamento. Mesmo enfrentando tudo e todos, provará sua inocência.

SD9. Embora tenha repetido desde o início do processo que jamais renunciaria ao cargo, Fernando Collor renunciou à Presidência da República. Nem assim conseguiu evitar seu julgamento no Senado por crime de responsabilidade e deve perder seus direitos políticos por oito anos. Às 9h33m, quando o presidente do processo do impeachment, Sydney Sanches, ouvia o ex-presidente do Banco Central Francisco Gros, primeira testemunha da defesa, Collor ordenou ao seu advogado José de Moura Rocha, através de um telefone celular: “Abra o envelope e leia o documento”. Em cinco linhas, ele comunicava ao Congresso a sua renúncia. Apesar disso, os senadores, depois da posse de Itamar Franco e de discussões que duraram toda a tarde, decidiram continuar com o julgamento de Collor, naquele momento já um cidadão comum. (COLLOR renuncia mas deve perder seus direitos políticos, 1992, p. 1)

No dia em que o Senado julgou o caso de Collor, o Globo põe em circulação, nessa SD, o desfecho do processo de impedimento, ao enunciar e lembrar que Collor por várias vezes afirmou que jamais renunciaria. Renunciar seria um atestado de culpa. Renunciar também seria uma forma de preservar seus direitos políticos, sobretudo, diante de uma batalha já perdida: mas uma vez caçador de marajás, não daria para ser aquele que renunciaria. Renunciar, nessa posição, seria para os fracos. A imagem de Collor iria

de forte e confiante para o que renuncia e salva seus direitos políticos. Mas não é isso que acontece, mesmo diante da renúncia, o Senado vota a favor do seu impedimento e o torna inelegível.

Portanto, com esses movimentos de análise, buscou-se compreender o processo discursivo formulado nas páginas do jornal O Globo, em seu discurso sobre o processo de impedimento do ex-presidente Collor, para, dessa forma, responder nossas perguntas de pesquisa, já mencionadas. Esses enunciados a respeito do processo de destituição do então presidente, analisados neste trabalho, têm como marcas a filiação a uma formação discursiva favorável à posse de Itamar Franco e à cassação de Fernando Collor. As publicações promovem rupturas nos discursos positivos a respeito de Collor, fazendo surgir sentidos favoráveis sobre seu vice e sobre o processo de impedimento, promovendo, assim, a formação imaginária do impeachment como uma consequência benéfica e necessária para que a posição de presidente fosse ocupada por alguém à altura do cargo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos observar e refletir sobre o funcionamento discursivo e jornalístico que envolveu os sentidos postos em circulação sobre o processo de impeachment do então presidente Collor. Essencialmente, consideramos o que se discursivizou sobre as posições que ele assumiu durante esse processo: de presidente afastado a cidadão comum, bem como a ressignificação da sua alcunha, caçador de marajás.

Assim, percebe-se que as respostas giram em torno das Formações Imaginárias criadas pelo jornal ao fazer circular dizeres sobre Collor e o processo de impedimento, posto que O Globo não sustenta e reproduz uma única formação imaginária sobre o

processo de impeachment de Collor. Afinal, este, quando governador de Alagoas e candidato à presidência, foi significado como o herói que salvaria o Brasil, porém, os sentidos deslizam, e por vezes, o jornal legitima o processo de impeachment, filiando-se a uma formação discursiva distinta da que construía sua imagem como o caçador de marajás. E, ainda que Itamar Franco tenha feito parte do governo Collor, existe certa regularidade no apagamento desse sentido pelo O Globo nos discursos que integram o corpus, sendo construída uma formação imaginária sobre Itamar como o oposto do presidente afastado.

A partir disso, é notável que, se no jornal, Collor deslizou de caçador para corrupto, o mesmo não aconteceu com Itamar Franco. O Globo se filia à formação discursiva de que Itamar possui características que lhe garantem a posição de melhor opção para presidência e representa o salvador do Brasil que cumprirá as propostas de Collor, sem falhar. O maior deslizamento de sentidos em relação à legitimação ou à desqualificação do impeachment foi em relação à formação imaginária sobre Fernando Collor, podendo ser considerada regularidade no corpus e legitimação do impeachment, seja por meio da reprovação de Collor – mesmo que durante sua campanha existisse certa variedade quanto aos sentidos veiculados –, seja pela validação de Itamar Franco como o presidente que traria ordem para a nação.

Assim, é possível afirmar que as matérias d'O Globo, aqui analisadas, sobre os presidentes, ora reforçam aquilo que representa o melhor presidente, ora o político que forja uma imagem para suprir o esperado pelo eleitorado. No caso de Collor, ora reforça sua imagem de caçador de marajás, o jovem político que tinha as soluções para os problemas dos brasileiros e acabaria com a corrupção e os gastos desnecessários, ora a imagem de um político investigado e en-

volvido com pessoas suspeitas, que, apesar de muitas promessas, pouco fez como presidente, além de se entregar ao luxo.

Portanto, é possível afirmar, a partir das SDs publicadas n'O Globo, que os discursos reservados a Fernando Collor, ao seu afastamento, ao processo de impeachment e a Itamar Franco são variados. Os sentidos deslizam para aquilo que se espera do salvador do Brasil para aquilo que é reprovável para o lugar de presidente. A posição do guerreiro que enfrentaria todas as forças golpistas e a de presidente afastado que renunciou ao cargo para evitar seu julgamento, o lugar da nova política e a posição do político investigado e sem apoio. O lugar do comando e a posição do marajá que deixa problemas para serem resolvidos. O lugar do profissional e o lugar daquele que ostenta carros de luxo. Os sentidos deslizam de um lugar, de uma posição, para o outro. Itamar e Collor se revezam na posição destinada ao salvador do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff. 5. ed. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20130228210226/http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/presidentes%205%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acessado em: 04 nov. 2023.

BOITO JR., A. O sindicalismo na política brasileira. Campinas: Unicamp/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

COLLOR agradece votos dos 'três mosqueiteiros'. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, ano 68, nº 21.561, O País, p. 3, 03 dez. 1992.

COLLOR renuncia mas deve perder seus direitos políticos. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, ano 68, nº 21.588, p. 1, 30 dez. 1992.

- COLLOR suspende pagamento dos marajás da Previdência. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, ano 66, nº 20.940, p. 2, 23 mar. 1991.
- CONGRESSO reage com perplexidade. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, ano 65, nº 20.569, p. 1, 17 mar. 1990.
- DELA-SILVA, S. O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. 225f. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2008.
- ENTULHO collorido é o novo problema. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, ano 68, nº 21.505, *O País*, p. 4, 08 out. 1992.
- FERRARI, A.; MEDEIROS, V. Na história de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. *Revista ANPOLL*, [s. l.], v. 1, n. 32, p. 81-105, 2011.
- FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 159-245.
- ITAMAR: governo não terá corruptos, 1992, p.9 *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, ano 68, nº 21.500, *O País*, p. 9, 3 out. 1992.
- LAMOUNIER, B. *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- LIMA, M.; OLIVEIRA, C. *Marketing eleitoral*. São Paulo: Ridendo Castigat Moraes, 2002.
- MARIANI, B. O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1996.
- MARIANI, B. O PCdoB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- MARIANI, B. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Polifonia*, Cuiabá, vol. 12, n. 1, n. p., 2006.
- MELO, J. M. de. *Eleições e meios de comunicação no Brasil: análise do fenômeno Collor de Mello*. Barcelona: USP, 1992.
- NA reta final da votação Collor vira caçador de votos. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, ano 68, nº 21.496, *O País*, p. 7, 29 set. 1992.
- PARA agonia do governo, 'marajás' se multiplicam. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, ano 68, nº 21.496, *O País*, p. 14, 26 abr. 1987.
- ORLANDI, E. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2003.
- ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PAYER, O. *Linguagem e sociedade contemporânea – Sujeito, mídia, mercado*. Revista Rua, Campinas, n. 11, p. 9-25, 2005.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Editora Pontes, 2014b.
- PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, V. DIAS, C. P. (orgs). *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. A. Mídia e Política no Brasil: estudos e perspectivas. CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN, 4, 1998. Recife. Anais [...] Recife, 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-albino-midia-politica-brasil.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SALLUM JR., B.; CASARÕES, G. O Impeachment de Fernando Collor: A Literatura e o Processo. Revista Lua Nova, [s. l.], n. 82, n. p., 2011.

SKIDMORE, Thomas. A queda de Collor: uma perspectiva histórica. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (org.). Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 23-46.

SOARES, A. S. F. O discurso jornalístico e seus rituais. Revista ECO-Pós, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 181-196, jul./dez. 2007.

SOUZA, A. de. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (org.). Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p.127-165.

UM JORNAL de opinião. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, ano 63, nº 19.924, ano, nº, Rio, p. 14, 10 jun. 1988.

Submissão: novembro de 2023.

Aceite: novembro de 2023.